

## **Variação linguística sob a ótica da Linguística Cognitiva e da Gramática de Construções: o problema do significado**

Linguistic variation from the perspective of Cognitive Linguistics and Construction Grammar: the problem of meaning

Variación lingüística desde la perspectiva de la Lingüística Cognitiva y de la Gramática de Construcciones: el problema del significado

### **Diogo Pinheiro**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Brasil)  
diogopinheiro@letras.ufrj.br  
<https://orcid.org/0000-0003-2403-5040>

### **Lilian Ferrari**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Brasil)  
lilianferrari@uol.com.br  
<https://orcid.org/0000-0001-7808-4425>

### **Luisa Andrade Gomes Godoy**

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM/Brasil)  
luisa.godoy@ufvjm.edu.br  
<https://orcid.org/0000-0001-5370-136X>

### **RESUMO**

Este artigo retoma, sob uma perspectiva da Linguística Cognitiva (LC) e da Gramática de Construções (GC), o debate clássico sobre a alegada inexistência de identidade referencial na variação não fonológica (Lavandera, 1978). Inicialmente, mostramos de que a LC e a GC lidam como fenômenos de alternância entre construções sintáticas. Em seguida, argumentamos que esse tratamento é aplicável aos casos de variação não fonológica discutidos por Lavandera (1978). Uma implicação dessa proposta é a de que situações de alternância não fonológica podem ser legitimamente tratadas como casos de variação linguística, na medida em que eles envolvem identidade referencial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Variação linguística; Linguística Cognitiva; Gramática de Construções; Princípio da Não Sinonímia; Rede construcional.

#### **ABSTRACT**

*This article takes a Cognitive Linguistics (CL) and Construction Grammar (CG) stance on the classic debate about referential identity in non-phonological variation (Lavandera, 1978). After showing how CL and CG accommodate syntactic alternation, we go on to argue that the same treatment can be offered to the cases of non-phonological variation discussed by Lavandera (1978). One implication of this proposal is that situations of non-phonological alternation can be legitimately treated as cases of linguistic variation, as they involve referential identity.*

**KEYWORDS:** *Linguistic variation; Cognitive Linguistics; Construction Grammar; Principle of No Synonymy; Constructional network.*

#### **RESUMÉN**

*Este artículo retoma, desde una perspectiva de la Lingüística Cognitiva (LC) y de la Gramática de Construcciones (GC), el debate clásico sobre la supuesta inexistencia de identidad referencial en la variación no fonológica (Lavandera, 1978). Inicialmente, mostramos cómo la LC y la GC abordan fenómenos de alternancia entre construcciones sintácticas. Luego, argumentamos que este tratamiento es aplicable a los casos de variación no fonológica discutidos por Lavandera (1978). Una implicación de esta propuesta es que situaciones de alternancia no fonológica pueden ser legítimamente tratadas como casos de variación lingüística, en la medida en que implican identidad referencial.*

**PALABRAS CLAVE:** *Variação linguística; Linguística Cognitiva; Gramática de Construções; Princípio de la No Sinonimia; Red de construcciones.*

## **1 Introdução**

Em famoso (e controverso) artigo publicado em fins dos anos 1970, Lavandera (1978) questionou o movimento, então incipiente, de extensão da abordagem variacionista para além do nível fonológico. Nesse texto, intitulado “Where does the sociolinguistic variable stop?”, ela argumenta, em essência, que (i) há casos de alternância não fonológica (lexical, morfológica ou sintática) que não se correlacionam com fatores sociais e estilísticos, tornando-os pouco relevantes para a teoria sociolinguística; e (ii) há casos de alternância não fonológica em que as formas variantes não apresentariam identidade referencial, decorrendo daí a conclusão de que não se trataria de casos legítimos de variação. Diante disso, Lavandera defende que o campo ainda não

estaria pronto, naquele momento, para se aventurar para além das fronteiras da variável fonológica.

Esse artigo já foi, como se sabe, objeto de intenso debate no âmbito da própria sociolinguística variacionista, a começar pelas réplicas diretas de Labov (1978) e de Romaine (1981). Desde então, vale dizer, as questões levantadas por Lavandera (1978) nunca deixaram de comparecer na literatura da área – seja em obras de caráter didático, como o guia de análise sociolinguística desenvolvido por Tagliamonte (2006), seja em abordagens mais recentes vinculadas à chamada terceira onda dos estudos sociolinguísticos (como, por exemplo, Campbell-Kliber, 2011 e Burnett, 2023) –, o que atesta sua atualidade e relevância.

Neste artigo, não retomaremos essa discussão sob a ótica da sociolinguística variacionista. Em vez disso, falaremos como *outsiders*, revisitando o tema sob a perspectiva da Linguística Cognitiva (LC) e da Gramática de Construções (GC). Embora, naturalmente, a literatura mais diretamente relevante para esse debate seja composta por análises variacionista, acreditamos que o diálogo interdisciplinar com a LC e com a GC tem potencial para conduzir a insights relevantes. E isso por uma razão simples: os problemas levantados por Lavandera (1978) envolvem crucialmente questões de significado, e a LC é conhecida, precisamente, pela sua ênfase sobre o componente semântico. Parece razoável supor, portanto, que o conhecimento sobre acerca a representação do significado desenvolvido na seara da LC e da GC pode trazer elementos novos a esse debate já antigo.

Este artigo está dividido em quatro partes principais. Na seção 2, recapitulamos brevemente os argumentos de Lavandera (1978). Em seguida (seção 3), apresentamos conceitos básicas de Linguística Cognitiva e de Gramática de Construções, com foco sobre a organização do polo do significado das construções gramaticais. Na sequência (seção 4), discutimos as noções de motivação e não sinonímia em LC e GC, a fim de mostrar de que maneira a variação não fonológica pode ser acomodada em um quadro teórico cognitivista e construcionista. Por fim (seção 5), argumentamos que o tratamento proposto é aplicável aos casos de variação não fonológica discutidos por Lavandera (1978).

## **2 Uma breve recapitulação de Lavandera (1978)**

Conforme antecipado na introdução, Lavandera (1978) questiona, em texto que se tornou clássico, o movimento (então incipiente) de extensão da

abordagem variacionista para além do nível fonológico. Para ela, em síntese, esse movimento esbarra em dois problemas opostos e complementares: (i) casos em que a “variação” parece responder apenas a fatores formais, o que tornaria a alternância em questão irrelevante para a Teoria da Variação, e (ii) casos em que não há (ou não é claro que haja) identidade referencial entre as formas alternantes, o que viola o requisito variacionista segundo o qual formas em variação devem ser usadas para “dizer a mesma coisa”.

Para discutir o caso (i), Lavandera menciona o artigo “Above and beyond phonology in variable rules” (Sankoff, 1972), em que são apresentadas três análises variacionistas de fenômenos não fonológicos: a posição do marcador de futuro “bai” em tok pisin; o apagamento do complementizador “que” no francês de Montreal; e o uso do indefinido “on” no francês de Montreal. Ela comenta que, no terceiro caso, estamos diante de uma situação de mudança, e não propriamente de variação. Excluindo-se esse caso, a autora observa que, nos outros dois, a alternância não seria motivada por qualquer consideração de natureza social ou estilística – em vez disso, ela seria explicada por restrições puramente sintáticas. Assim, no primeiro caso, a posição do marcador estaria associada à categoria morfossintática do sujeito (enquanto sujeitos de 3ª pessoa e NPs não pronominais tendem a preceder o “bai”, os demais pronomes aparecem pospostos), ao passo que, no segundo, o fator relevante seria a estrutura gramatical envolvida (por exemplo, “comme que”, “pourquoi que” e “ce que”)<sup>1</sup>.

Neste ponto, o argumento de Lavandera é o seguinte: como esse tipo de alternância responde apenas a fatores sintáticos (e não está, portanto, correlacionado à estratificação da sociedade), ele não teria interesse para a sociolinguística, cujo propósito é o de “estudar uma comunidade de fala” (Lavandera, 1978, p. 177)<sup>2</sup>. Essa posição é coerente com um movimento realizado logo no início do artigo, quando a autora explicitamente situa a abordagem variacionista no amplo guarda-chuva da linguística funcionalistas. Para ela, a sociolinguística se propõe a explicar *para que* uma determinada forma é utilizada – um tipo de objetivo que requer, por definição, motivações de natureza funcional. É precisamente por isso que, para ela, casos de variação

---

<sup>1</sup> Tanto no estudo sobre tok pisin quanto na análise sobre o complementizador do francês, Lavandera admite, de passagem, a possibilidade de interferência de fatores semânticos ou estilísticos. Nada disso, porém, afeta seu argumento central, segundo o qual “os três exemplos reportados por Sankoff para defender seu chamado em prol do estudo da variação sintática parecer não ser portadores de significância social e estilística”.

<sup>2</sup> A autora deixa claro que não nega o interesse desse tipo de estudo “para a teoria geral da linguagem” (“for the general theory of language”); o que ela questiona é sua relevância para uma “linguística realisticamente social” (Lavandera 1978, p. 177).

como aqueles discutidos por Sankoff (1972), que envolvem apenas restrições sintáticas, não seriam diretamente relevantes para uma teoria sociolinguística.

Passemos agora para o caso (ii): as situações em que as formas alternantes não seriam referencialmente equivalentes. Como se sabe, a sociolinguística classicamente impõe, para a variação, o requisito de *igualdade referencial* (“sameness”, nos termos de Lavandera, 1978, p. 174); para Labov (1972, p. 271), por exemplo, “a variação social e estilística pressupõe a opção de dizer ‘a mesma coisa’ de muitas formas diferentes: isto é, as variantes são idênticas na sua referência ou valor de verdade, mas se opõem quanto à sua significância social e/ou estilística”.

Ao longo do artigo, Lavandera sugere que, quando se trata de “variantes” não fonológicas, a demonstração de identidade referencial é problemática, por se tratar de uma tarefa “extremamente difícil e com frequência pouco convincente” (Lavandera, 1978, p. 176). Diante disso, a lógica parece ser a seguinte: quando ousamos proceder a uma análise variacionista de fenômenos não fonológicos, corremos o risco de não estarmos de fato investigando um caso de variação, dada a possibilidade de que as variantes em questão não apresentem identidade referencial.

Para ilustrar esse ponto, Lavandera (1978) menciona dois casos de (alegada) variação não fonológica: a alternância entre as passivas com “be” e com “get” do inglês (“He was arrested” vs. “He got arrested”), estudada por Labov (1974 *apud* Lavandera, 1978), e a alternância entre “on” e “tu”/”vous” no francês (em contextos de indeterminação), investigada por Laberge (1977 *apud* Lavandera, 1978). Segundo a autora, tanto Laberge (no que se refere às estruturas de indeterminação) quanto Labov (no que tange aos dois tipos de passiva) defendem que as formas alternantes em questão são semanticamente equivalentes<sup>3</sup>.

Interessantemente, Lavandera acrescenta, ambos os autores recorrem a um mesmo argumento para sustentar sua posição. Esse argumento pode ser sintetizado assim: como, em ambos os casos, as variantes são socialmente estratificadas, defender a existência de diferenças semânticas implicaria recair em “noções desacreditadas como a de que falantes de classe trabalhadora têm menor capacidade para o discurso abstrato” (Laberge, 1977

---

<sup>3</sup> Os textos de Laberge e de Labov citados por Lavandera (1978) são manuscritos aos quais não temos acesso (razão pela qual estão sendo mencionados aqui apenas indiretamente). O estudo de Laberge, contudo, parece ter sido publicado posteriormente sob o título de *The changing distribution of indeterminate pronouns in discourse*, como um dos capítulos da coletânea *Language use and uses of language*. Já a posição de Labov acerca da identidade referencial entre os dois tipos de passiva pode ser vista, por exemplo, em Weiner e Labov (1983).

*apud* Lavandera, 1978, p. 180). A saída, portanto, seria considerar que as formas em questão são semanticamente equivalentes.

Lavandera, contudo, critica esse argumento de forma contundente: segundo ela, o fato de que formas semanticamente diferentes são usadas preferencialmente por grupos sociais distintos não implica que comunidades de fala diferentes pensam de forma diferente<sup>4</sup>. E isso por pelo menos duas razões: (i) porque a diferença de uso entre os grupos sociais é probabilística, e não categórica; e (ii) porque, mesmo que a oposição entre as comunidades de fala fosse categórica, a maneira como as pessoas *falam* não nos permite chegar automaticamente a conclusões acerca do modo como elas *pensam*.

Tendo constatado que o argumento de Laberge (1977 *apud* Lavandera, 1978) não se sustenta, Lavandera parece concluir que casos de (alegada) variação não fonológica não envolvem (ou, pelo menos, podem não envolver) identidade referencial. Embora essa conclusão não seja enunciada de maneira explícita no próprio texto, duas pistas apontam de forma inequívoca para essa interpretação: de um lado, o próprio título da seção onde são discutidos os estudos de Labov e de Laberge – a saber, “Variáveis sociolinguísticas com diferenças no significado referencial”<sup>5</sup> (grifo nosso); de outro, o fato de que Lavandera propõe, explicitamente, a substituição da ideia de igualdade referencial por uma “condição de comparabilidade funcional” (Lavandera, 1978, p. 181) – um movimento que só faz sentido se assumimos que a identidade referencial não é alcançável (ao menos, em alguns casos). Diante disso, Lavandera acaba por concluir que, no projeto de estender a abordagem variacionista para fenômenos não fonológicos, os sociolinguistas correm o risco de infringir o requisito de identidade referencial.

Na raiz de todos esses problemas, segundo Lavandera (1978), está o fato de que unidades não fonológicas seriam qualitativamente diferentes de unidades fonológicas – pela simples razão de que aquelas, mas não estas, teriam significado referencial inerente. Nas palavras da autora, itens lexicais, morfemas e construções sintáticas “não são como fonemas, que, por

---

<sup>4</sup> Embora a citação de Laberge contenha a expressão “abstract discourse” (acima traduzida como “discurso abstrato”), e não algo como “abstract thought” (“pensamento abstrato”), Lavandera (1978) claramente a interpreta como evidência de que Laberge se refere à capacidade de *pensamento* de certos grupos sociais. Isso fica evidente em passagem imediatamente anterior, na qual Lavandera (1978, p. 179-180), ao comentar sobre a possibilidade de que formas sintáticas alternantes tenham significados distintos, observa o seguinte: “Em vez de levar à conclusão plausível de que existem diferentes maneiras convencionais de comunicar ‘o mesmo’ efeito referencial em diferentes setores da comunidade de fala, essa evidência poderia ser usada incorretamente para atribuir a alguns grupos a inabilidade de *pensar* [grifo nosso] determinado significado”.

<sup>5</sup> No original, “Sociolinguistic variables with differences in referential meaning”.

definição, não têm qualquer ‘constância de referência’, como diz Sapir” (Lavandera, 1978, p. 175). Por essa razão, quando ultrapassamos o nível de fonema, adentramos imediatamente uma zona perigosa, na qual ficamos expostos ao risco de contemplar “variantes” desprovidas de identidade referencial.

Lavandera não alega, naturalmente, que esse problema seja insolúvel – tanto assim que ela propõe, como forma de contorná-lo, o relaxamento da condição de identidade referencial (conforme mencionamos acima). Para além disso, porém, ela argumenta que as dificuldades causadas pela “variação não fonológica” decorrem da inexistência de uma “teoria articulada dos significados” (Lavandera, 1978, p. 175). Ao mesmo tempo, contudo, ela parece sugerir que esse problema pode ser temporário, como se infere da seguinte afirmação: “é inadequado *no estado atual da pesquisa sociolinguística* [grifo nosso] estender a noção de variável sociolinguística para outros níveis de análise” (Lavandera, 1978, p. 175). A moral da história é simples: se é verdade que, naquele momento, não se contava com uma “teoria articulada dos significados”, também é verdade que o desenvolvimento desse arcabouço teórico poderia, em princípio, oferecer bases mais firmes para um tratamento da variação nos níveis lexical, morfológico e sintático.

Conforme observado na introdução, a Linguística Cognitiva vem, desde o seu surgimento nos anos 1980, perseguindo, com absoluta prioridade, a construção de uma “teoria sistemática do significado”. Embora essa empreitada esteja longe do fim, parece certo que, ao longo de quatro décadas, já se obtiveram alguns avanços significativos, em particular no que se refere à dimensão conceptual / subjetiva da representação semântica. Não é absurdo supor, diante disso, que esses avanços possam jogar alguma luz sobre as questões levantadas por Lavandera em fins dos anos 1970.

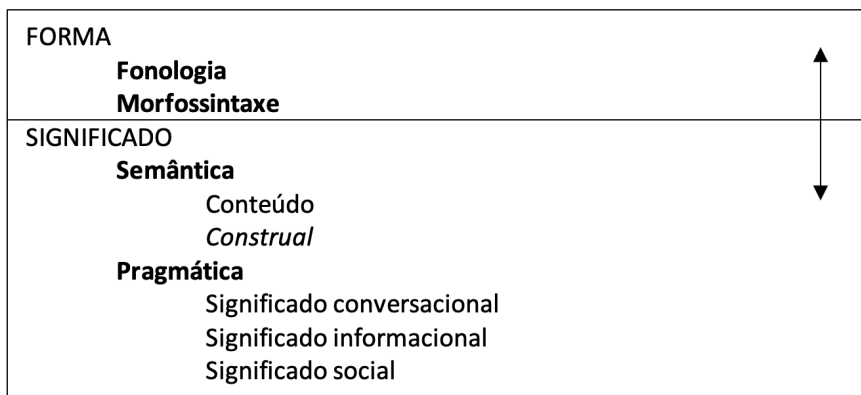
O restante deste artigo, portanto, realizará um movimento duplo. Nas próximas duas seções, discutiremos de que maneira a LC e a GC lidam com casos de alternância não fonológica. Em seguida, retomaremos brevemente a discussão original de Lavandera (1978) à luz desses achados.

### **3 A construção gramatical como unidade básica do sistema linguístico**

Para a GC, modelo de representação do conhecimento linguístico do falante adotado pela LC, o conhecimento linguístico tem a forma de um inventário de construções gramaticais (isto, é, pareamentos simbólicos e

convencionais de forma e significado). Aqui, propomos que a construção gramatical pode ser representada da seguinte maneira<sup>6</sup>:

FIGURA 1. Representação da construção gramatical com detalhamento dos subníveis



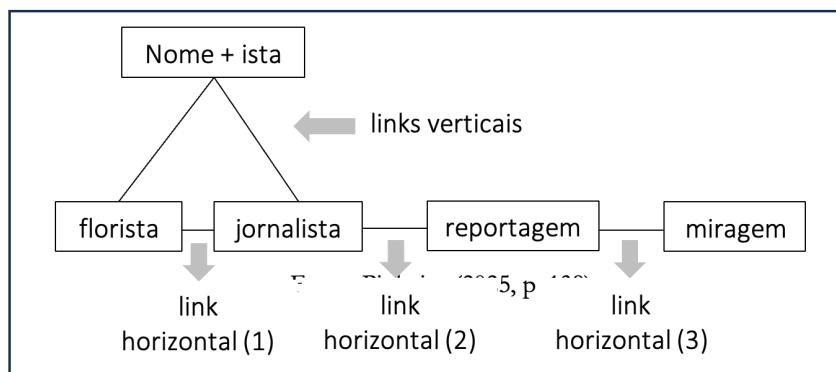
Fonte: Adaptado de Pinheiro (2025)

Nessa representação, (i) o nível da Fonologia inclui aspectos tanto segmentais quanto suprasegmentais (prosódicos); (ii) o nível da Morfossintaxe inclui relações sintáticas (Sujeito, Objeto Direto, etc.), classes morfossintáticas (Nome, Verbo, Sintagma Nominal, Sintagma Verbal, etc.) e elementos mórficos (Raiz, Afixo, etc.); (iii) o nível da Semântica diz respeito ao conteúdo proposicional; e (iv) o nível da Pragmática diz respeito ao conteúdo não proposicional, incluindo tanto as noções de ato de fala e força ilocucionária quanto o significado social, classicamente investigado pela sociolinguística construcionista.

Para a GC, contudo, o conhecimento linguístico não é um mero inventário de construções isoladas; em vez disso, assume-se que as construções estão conectadas umas às outras, formando uma *rede construcional*. No jargão construcionista, diz-se que essas relações são estabelecidas por meio de *links* interconstrucionais. Para os fins deste artigo, cabe destacar dois tipos de links: os horizontais, que capturam afinidades de forma e/ou de significado entre construções de mesmo nível de especificidade, e os verticais, que estabelecem relações entre uma construção mais geral (de um lado) construções mais específicas subordinadas a ela (de outro). Esses links estão ilustrados a seguir.

<sup>6</sup> Essa representação é um aperfeiçoamento da proposta apresentada em Pinheiro (2025).

FIGURA 2. Links verticais e horizontais em uma rede construcional



Fonte: Pinheiro (2025, p. 139)

Nessa rede, o link horizontal (1) captura uma relação simultaneamente de forma e de significado (quanto à forma: presença de uma base nominal e do sufixo *-ista*; quanto ao significado: ideia de *agente profissional*), o link horizontal (2) captura uma relação associada apenas ao polo do significado (jornalistas escrevem reportagens) e o link horizontal (3) captura uma relação associada apenas ao polo da forma (todos os segmentos sonoros a partir da vogal tônica coincidem).

Em suma, a GC concebe o conhecimento linguístico como um inventário de construções gramaticais (como se vê na Figura 1) e assume que essas construções estão conectadas umas às outras, formando uma rede construcional (como se vê na Figura 2). Como, neste artigo, estamos particularmente interessados em questões de natureza semântico-pragmáticas, passamos agora a detalhar o polo do significado das construções gramaticais.

### 3.1 Detalhando o polo do significado: o nível semântico

Como vimos, segundo a proposta apresentada aqui, no que se refere ao polo do significado de uma construção gramatical, é preciso considerar a existência de duas dimensões distintas no nível semântico: o conteúdo e o *construal*.

Para explicar a diferença entre essas duas dimensões, vale retomar o conceito fillmoreano de *frame* (Fillmore, 1982). A noção de *frame* é baseada na ideia de que palavras e expressões ativam conhecimentos interdependentes e culturalmente compartilhados, armazenados na memória de longo prazo. O autor ilustra o fenômeno por meio de verbos que remetem ao *frame de cena*

*comercial*, que interrelaciona, basicamente, comprador, vendedor, mercadoria e valor. Por exemplo, o verbo “comprar” ativa o *frame* de cena comercial relacionando “comprador” e “mercadoria” (ex. “Maria comprou um carro”), enquanto o verbo “vender” ativa o mesmo *frame* colocando em proeminência “vendedor” e “mercadoria” (“Aquela livraria vende livros de linguística”); o verbo “custar”, por sua vez, relaciona explicitamente “mercadoria” e “valor” (“O refrigerante custa R\$ 5,00”), e assim sucessivamente. Em resumo, todos esses verbos ativam o *frame* de cena comercial, mas colocam em proeminência determinados elementos desse *frame*.

Além disso, de acordo com Fillmore (1982), o fato de que os *frames* podem ser ativados a partir de pontos de vista distintos permite que, em determinados casos, um mesmo aspecto da realidade seja referido por meio de termos diferentes. Esse é o caso de “land” (“terra”) e “ground” (“solo”) em inglês<sup>7</sup>. Embora ambos os termos possam se referir a uma mesma porção da superfície terrestre, o termo “land” (“terra”) implica uma perspectiva horizontal, e poderia ser usado pelo comandante de um navio (ex. *Land at sight!* / “Terra à vista!”), ao passo que o termo “ground” (“solo”) implica uma perspectiva vertical, e poderia ser usado por um paraquedista (ex. *I’m already reaching the ground!* / “Já estou chegando ao solo”).

Esses aspectos foram posteriormente retomados no âmbito da Gramática Cognitiva, vertente teórica proposta por Ronald Langacker (1987, 1990, 1991, 2013), cujo objetivo principal é equacionar o significado tanto à estrutura conceptual quanto ao modo como essa estrutura é construída. Nesse sentido, o autor propõe a noção de *construal* para indicar os modos alternativos de conceptualização de uma determinada cena. Por exemplo, a palavra “sophomore” (pessoa no segundo ano de estudo), em inglês, indica a imposição de um *construal* particular ao conteúdo fornecido pelo *frame*<sup>8</sup>, culturalmente familiar, que evoca uma instituição de ensino não-elementar que oferece um curso de precisamente quatro anos (“sophomore” designa, ou *perfila*, um estudante do segundo ano no âmbito desse *frame*). Assim, Langacker

---

<sup>7</sup> Como as traduções indicam, o fenômeno também ocorre com termos correspondentes em português.

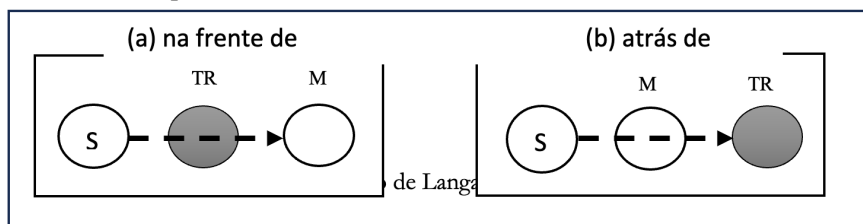
<sup>8</sup> Langacker (2008, p. 46-7) destaca que, no âmbito da Linguística Cognitiva, as noções de *Frame* (Fillmore, 1982), Modelo Cognitivo Idealizado (Lakoff, 1987) e Domínio têm sido utilizadas, de modo intercambiável, para referência à conceptualização de alto nível. Entretanto, aponta que esses termos não são equivalentes: domínio é mais genérico; *frame* é mais diretamente comparável a um domínio não-básico; e a noção de MCI, ao envolver “modelo” e “idealizado”, é de aplicação mais restrita (não poderia ser aplicada às circunstâncias físicas do evento de fala, ao discurso corrente, etc.).

(2013, p. 46) conclui que frames *estabelecem* o conteúdo conceitual, a base para o significado. Entretanto, o significado resulta, em última análise, da construção desse conteúdo de um determinado modo. Nesse sentido, o significado de uma expressão não envolve apenas o conteúdo evocado, mas também o *construal*, ou seja, o modo pelo qual esse conteúdo é acessado.

O *construal*, por sua vez, apresenta várias facetas, entre as quais se destaca a noção de proeminência, que é tecnicamente denominada *profiling* (“perfilamento”). Assim, uma expressão pode perfilar uma entidade (*thing*) ou uma relação. O perfilamento de entidade pode ser ilustrado com o termo “joelho”, que tem como base as concepções de corpo humano (escopo máximo) e perna (escopo imediato), mas perfila uma subestrutura – o joelho, que constitui o foco de atenção na região destacada.

No caso de conceitos relacionais, a proeminência é tratada em termos de alinhamento entre *Trajetor* (foco primário) e *Marco* (foco secundário), de modo que as expressões podem ter o mesmo conteúdo e perfilar a mesma relação, mas diferir quanto ao significado em função de diferentes escolhas quanto ao Trajetor e ao Marco. Por exemplo, tanto “na frente de” quanto “atrás de” indicam a localização espacial de duas entidades em relação a um eixo horizontal (a relação perfilada é a mesma), mas diferem em função do grau de proeminência atribuídos aos participantes relacionais (o *construal* é diferente). Vejamos:

FIGURA 3. Oposição semântica entre “na frente de” e “atrás de”



Fonte: adaptado de Langacker (2000, p.8)

Como indica a Figura 1, “na frente de” (ex. “A árvore fica na frente da casa”) toma o participante mais próximo (“árvore”) como Trajetor, e o participante mais distante (“casa”) como Marco. Já “atrás de” (ex. “A casa fica atrás da árvore”) indica que o participante mais distante (“casa”) é o Trajetor, e o mais próximo (“árvore”) é o Marco. Sendo assim, a diferença entre os pares descritos não reside apenas no *frame* evocado; ela envolve ainda uma

mudança de *construal* quanto ao grau de proeminência dos participantes relacionais.

Como se vê, em suma, a LC distingue claramente o *conteúdo denotacional* de uma expressão linguística do seu *construal* (isto é, do modo como aquele conteúdo é mentalmente conceptualizado pelo falante). Como veremos, essa distinção se revelará importante para a discussão das questões teóricas levantadas por Lavandera (1978).

### 3.2 Detalhando o polo do significado: o nível pragmático

Como vimos na Figura 1, propomos aqui que o nível da Pragmática deve ser adicionalmente dividido em três subníveis: significado conversacional, significado informacional e significado social. Vamos, então, tratar de cada um desses tipos.

A distinção entre significado conversacional e significado informacional é tributária da oposição, estabelecida por Lambrecht (1994), entre *pragmática conversacional* e *pragmática discursiva*: enquanto a primeira remonta aos trabalhos de filósofos como John Austin, John Searle e Paul H. Grice, e, portanto, se ocupa de temas como atos de fala / força ilocucionária e princípio da cooperação / implicaturas conversacionais, a segunda corresponde ao domínio da estrutura informacional. Assim, grosso modo, o que chamamos aqui de “significado conversacional” corresponde à pragmática conversacional de Lambrecht, e o que chamamos aqui de “significado informacional” corresponde à pragmática discursiva de Lambrecht.

No domínio do significado conversacional, porém, há algumas diferenças. Em primeiro lugar, não incluímos os conceitos associados à pragmática griceana, uma vez que eles, por definição, dizem respeito apenas a significados não convencionalizados. Por outro lado, e em conformidade com o que propõem Cappelle *et al.* (a sair), incluímos a noção de face (positiva e negativa), ligada à Teoria da Polidez (Brown; Levinson, 1987).

A título de exemplo, considerem-se as construções [É bom X], como em “É bom você me respeitar!”, e [Seu(s)/Sua(s) Adjetivo], como em “Seu idiota!” e “Sua imbecil!”. A primeira, como observa Pinheiro (2025), está convencionalmente a um ato de fala diretivo, com força ilocucionária de ameaça. A segunda, como notam Cappelle *et al.* (a sair) para uma construção análoga do inglês, está associada à noção de impolidez, uma vez que envolve inerentemente ameaça à face positiva do interlocutor. Nos dois casos, portanto, parte do significado da construção é especificada no nível

pragmático e, mais especificamente, no subnível do significado conversacional.

No que se refere ao significado informacional, seguimos de perto a abordagem de Lambrecht (1994). Isso significa, na prática, considerar que esse tipo de significado abrange duas dimensões: (i) o grau de identificabilidade e ativação do referente e (ii) a organização da proposição em termos de pressuposição e foco. Esse nível será relevante, por exemplo, em construções clivadas, como o padrão [SER X QUE Y]. Aqui, uma das informações especificadas no polo do significado é a de que o *slot* X corresponde ao foco informacional – o que significa que, nesse caso, estamos diante de uma informação de significado especificada no subnível do significado informacional.

Por fim, como já ficou dito, nós acrescentamos ainda o significado social, que não comparece na proposta de Croft e Cruse (2004). Aqui, entram todos os tipos de significado tipicamente investigados pela sociolinguística variacionista. Consideremos, por exemplo, o estudo de Cerqueira (2000) sobre a variação entre as construções com concordância nominal padrão e zero no contexto das letras de *rap* (por exemplo, “De esquina com os mano sempre em frente”). Para o autor, nesse contexto, a variante zero funciona como marca identitária, configurando-se um traço do chamado “pretuguês”. Assim, ao menos para os falantes que fazem essa associação, diremos que estão especificados, no nível pragmático da construção de concordância zero, significados sociais ligados à identidade étnico-racial do falante e à ideia de orgulho racial.

#### **4 Não sinonímia, motivação e variação linguística: uma perspectiva cognitivista e construcionista**

Na sua definição clássica, a variação pressupõe identidade referencial: só é possível dizer que duas formas alternantes estão em variação caso se demonstre que elas são referencialmente equivalentes. Como vimos na seção 2, para Lavandera (1978), um dos problemas de se estender a variação para além do nível fonológico é o risco de acabarmos, inadvertidamente ou não, tratando como variantes formas que não cumprem esse requisito – como seria, segundo ela, o caso das alternâncias entre “on” vs. “tu/vous” (Laberge 1977 *apud* Lavandera 1978) e entre as formas passivas com “get” e “be” (Labov 1977 *apud* Lavandera 1978).

Parece estranho, porém, falar, nesses casos, em dissimilaridade semântica total; afinal, dentro de um mesmo par, os enunciados concretos licenciados por ambas as construções têm o mesmo valor de verdade (em termos simples: se é verdadeiro que “John was arrested”, também é verdadeiro que “John got arrested”). Por outro lado, nós somos simpáticos à hipótese de Lavandera (1978) de que essas construções exibem diferenças quanto ao seu significado.

Sob a ótica da LC, a suspeita de que essas formas alternantes sejam (parcialmente) dessemelhantes decorre, em primeiro lugar, do Princípio da Não Sinonímia (PNS) (Goldberg, 1995<sup>9</sup>), segundo o qual construções formalmente distintas também apresentarão diferenças quanto ao significado (como vimos, logo acima, no caso de “land” vs. “ground”). Se aceitarmos esse princípio, devemos esperar que as construções mencionadas por Lavandera (1978) não sejam inteiramente sinônimas. Ao mesmo tempo, sabendo que essa diferença não diz respeito ao nível do conteúdo (como dissemos acima, dentro de cada par, as sentenças licenciadas por ambas as construções têm o mesmo valor de verdade), devemos concluir que as construções alternantes se diferenciam ou quanto ao *construal* ou quanto algum subtipo de significado pragmático.

É possível pensar o PNS como uma consequência lógica de outro “princípio psicológico de organização da linguagem” (Goldberg, 1995, p. 67): o Princípio da Motivação Maximizada (PMM)), segundo o qual construções formalmente relacionadas deverão compartilhar também algum traço de significado (seja ele semântico ou pragmático). Para entender a natureza da relação entre os dois princípios, considere duas construções formalmente distintas A e B. Como as relações em uma rede construcional também se baseiam em afinidades formais (conforme exposto na seção 3), o fato de essas construções serem formalmente distintas implica que elas estarão ligadas (ao menos em parte) a construções diferentes na rede. Daí decorre, como resultado do PMM, que elas compartilharão traços de significado com construções diferentes – o que será, então, suficiente para assegurar que elas não sejam perfeitamente sinônimas.

Juntos, portanto, o PNS e o PMM nos dão motivos para suspeitar que as formas alternantes mencionadas por Lavandera (1978), embora não envolvam de fato equivalência plena de significado, tampouco são

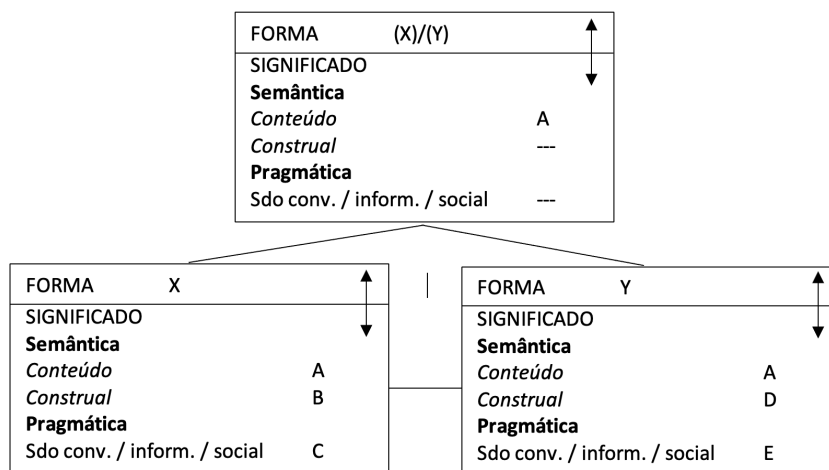
---

<sup>9</sup> Naturalmente, Goldberg não foi a primeira pesquisadora a defender essa ideia, mesmo no âmbito da tradição funcionalista: ela apenas criou um rótulo que se tornou particularmente conhecido na área. O mesmo vale para o Princípio da Motivação Maximizada, de que falaremos logo adiante. A esse respeito, vale ler Bolinger (1970) e Haiman (1985).

equivalentes quanto às suas propriedades semântico-pragmáticas. E, se isso for verdade, devemos aceitar que elas não colocam, de fato, obstáculos para uma abordagem variacionista (mesmo se mantivermos o requisito mais estrito de identidade referencial). Sob a ótica da LC, portanto, a suspeita de Lavandera (1978) de que não existe sinonímia entre as construções estudadas por Laberge e por Labov não deve nos levar à conclusão de que o requisito de identidade referencial está sendo violado – em vez disso, devemos concluir, simplesmente, que, a despeito da identidade referencial, elas se distinguem em relação a *algum outro* parâmetro de significado.

Como vimos, para além do conteúdo denotacional, existem quatro outros parâmetros de significado que podem ser especificados em uma construção gramatical: *construal* (no nível semântico) e significados conversacional, informacional e social (no nível pragmático). Assim, propomos que, sob uma perspectiva cognitivista e construcionista, o fenômeno empírico da variação linguística pode ser acomodado da seguinte maneira: (i) duas construções formalmente distintas, X e Y, exibem alguma informação comum no nível do conteúdo do polo do significado; (ii) essas construções estão conectadas por um *link* horizontal, que captura essa afinidade; (iii) as construções em questão apresentam pelo menos uma especificação distinta em pelo menos um dos cinco subníveis do polo do significado; (iv) essas mesmas construções se conectam, por meio de um link vertical, a uma construção superordenada. Esquemáticamente:

FIGURA 4. Tratamento da variação linguística em perspectiva cognitivista e construcionista



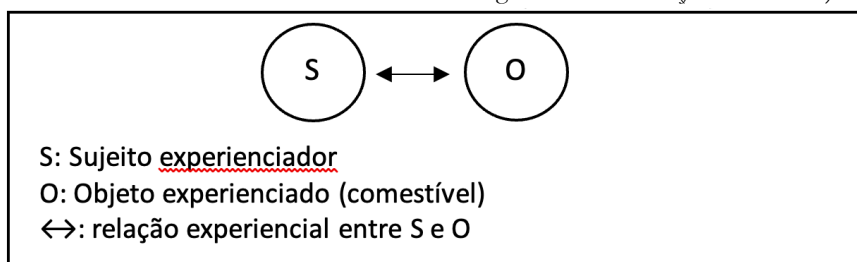
Fonte: Elaboração própria

Nas duas subseções a seguir, exploraremos na prática o tratamento cognitivista e construcionista da variação. Para isso, tomaremos como base dois estudos recentes sobre fenômenos de alternância não fonológica: o primeiro, entre as palavras “gosto” e “sabor” (Ferrari, 2021); o segundo, entre construções de deslocamento espacial com “a”, “para”, “em” e “até” (Ferrari, 2023).

#### 4.1 O caso de “gosto” vs. “sabor”

Ferrari (2021) investigou o papel do *construal* na alternância entre as construções [SN1 com gosto de SN2] e [SN1 com sabor de SN2]. Como apontado pela autora, ambas as construções se aproximam pelo fato de denotarem uma experiência gustativa associada *frame* de Paladar, que relaciona um Sujeito Experienciador e um Objeto Experienciado. Essa informação, que corresponde conteúdo denotacional das duas construções, está representada a seguir.

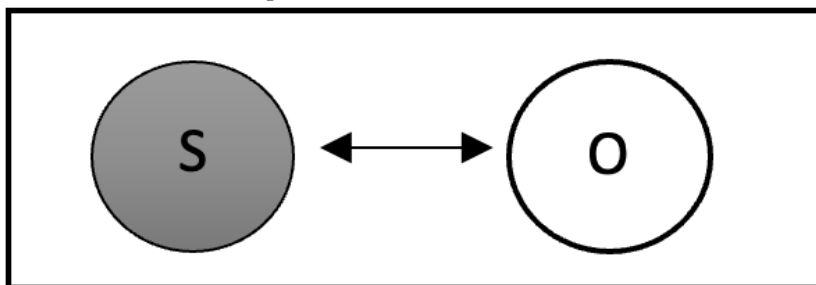
FIGURA 5. Conteúdo denotacional comum a “gosto” e “sabor” (*frame* evocado)



Fonte: Ferrari (2021, p.163)

A autora argumenta, porém, que as duas construções estabelecem *construals* diferentes em relação a esse *frame* comum. Em particular, a construção com “gosto” coloca em proeminência a experiência gustativa do Sujeito Experienciador, conforme ilustra o diagrama a seguir:

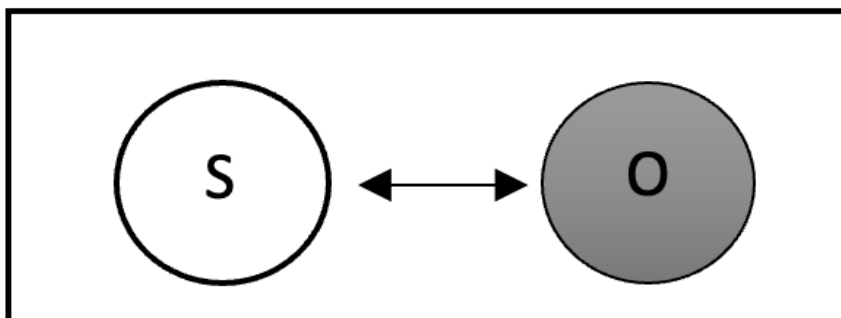
FIGURA 6. Construal de “gosto”



Fonte: Ferrari (2021, p.163)

No caso da construção com “sabor”, por outro lado, é o alimento experienciado por meio do paladar que é colocado em proeminência, como se vê a seguir:

FIGURA 7. Construal de “sabor”



Fonte: Ferrari (2021, p.164)

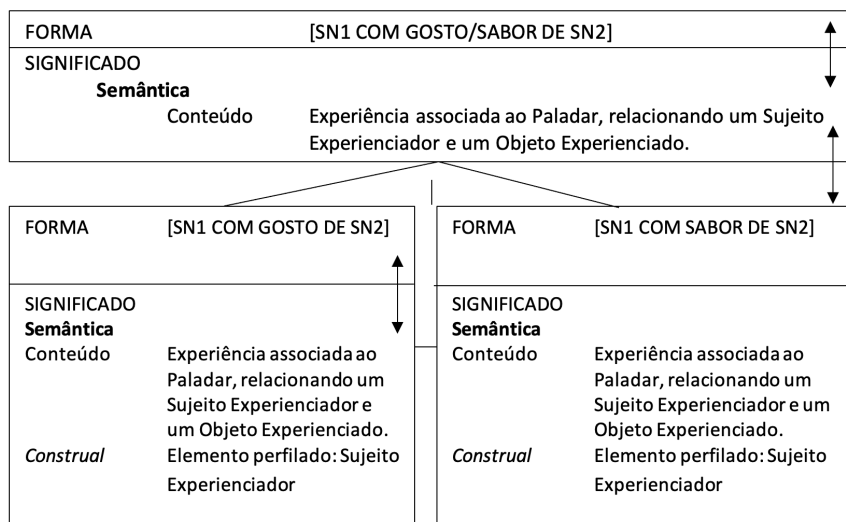
Os exemplos a seguir ilustram cada um desses casos, respectivamente:

- (1) A empresa americana *Impossible Foods* inventou um hambúrguer *com gosto de carne bovina*, mas que é produzido a partir de plantas.
- (2) Aqui o café que eles tomam parece água quente *com sabor de café*.

O exemplo (1) refere-se a um alimento produzido com base em plantas, de modo que o que se destaca é a experiência gustativa (*hambúrguer*), e não a constituição real do alimento. Já em (2), fica claro que pó de café foi utilizado no preparo da bebida em pauta; a sentença apenas destaca o fato de que o uso do pó não foi feito na proporção esperada.

A análise de Ferarri (2021) sugere, assim, que, embora as construções com “gosto” e “sabor” compartilhem as informações referentes ao conteúdo (já que ambas evocam o mesmo *frame*), elas se distinguem quanto ao *construal*. Tomando como base essa proposta, representamos a seguir as relações estabelecidas entre as duas construções em uma rede construcional:

FIGURA 8. Rede das construções com “gosto” e com “sabor”



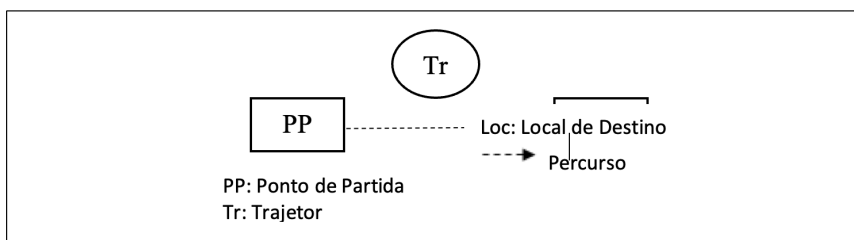
Fonte: Elaboração própria

O que a Figura 8 captura é uma situação de variação sintática, em que duas construções apresentam identidade referencial (o conteúdo denotacional é o mesmo nos dois casos), mas se distinguem quanto ao *construal* em relação a uma dimensão do significado (já que perfilam elementos distintos).

## 4.2 O caso das construções de deslocamento espacial

Ferrari (2023) explorou as diferenças de *construal* associadas a quatro construções de deslocamento espacial: [SN1 [IR A SN2]], [SN1 [IR PARA SN2]], [SN1 [IR EM SN2]] e [SN1 [IR ATÉ SN2]]. Segundo a autora, o significado de deslocamento espacial de uma entidade, comum às quatro construções, é estruturado pelo esquema imagético (EI) de Trajetória, como se vê a seguir:

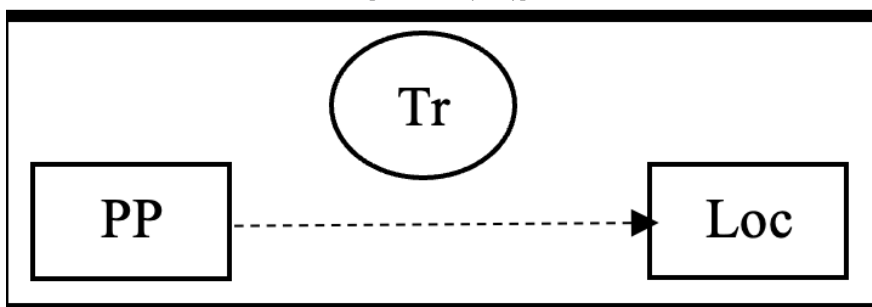
FIGURA 9. Esquema imagético de Trajetória associado à construção [IR PREP LOC]



Fonte: Ferrari (2023, p. 72)

O ponto fundamental da proposta de Ferrari é o de que cada umas das construções de deslocamento espacial perfila uma porção distintas desse esquema imagético comum. Em particular, segundo ela, a construção [IR A SN(Loc)] coloca em proeminência a atividade de deslocamento como um todo, como se vê a seguir:

FIGURA 10. *Construal* associado a [IR A SN(Loc)]



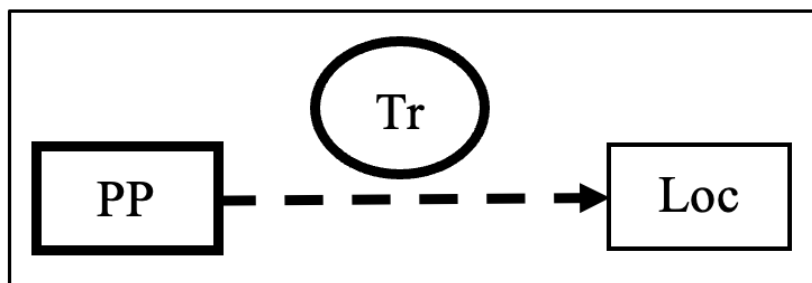
Fonte: Ferrari (2023, p. 73)

A Figura 10 indica que o deslocamento como um todo é destacado. O exemplo a seguir ilustra esse *construal*:

(3) Nos últimos tempos, já fomos à Madeira, Myanmar, Tailândia e agora Sweet Laos.

Em (3), a menção à ida a uma série de lugares de destino demonstra que o que se está destacando são as diferentes viagens feitas recentemente pelo trajetor (no caso, “nós”).

A construção [IR PARA SN(Loc)], por sua vez, coloca em proeminência o afastamento do trajetor em relação ao ponto de partida. Vejamos:

FIGURA 11. *Construal* associado a [IR PARA SN(Loc)]

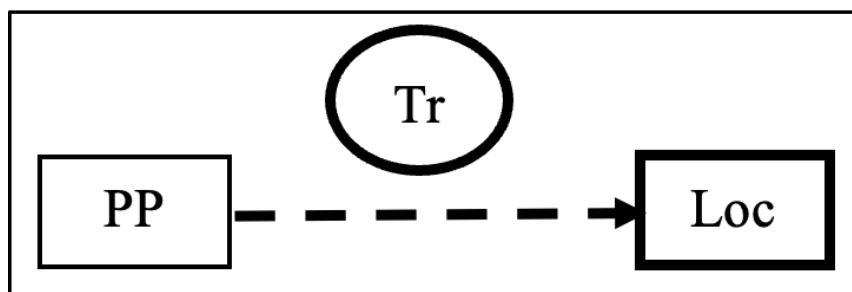
Fonte: Ferrari (2023, p. 75)

No caso da construção com “para”, é o afastamento do trajetor em relação ao ponto de partida que é colocado em proeminência, como representado na Figura 11. Esse tipo de *construal* pode ser observado no seguinte exemplo:

(4) Devido a problemas políticos no país nos anos 70, vários artistas *foram para* a Europa.

No exemplo (4), a estrutura “vários artistas foram *para* a Europa” coloca em proeminência o fato de que o objetivo do deslocamento foi o afastamento do país (no caso, o Brasil), por conta de problemas políticos.

Já a construção [IR ATÉ SN(Loc)] coloca em proeminência a distância percorrida pelo trajetor para chegar ao local de destino:

FIGURA 12. *Construal* associado a [IR ATÉ SN(Loc)]

Fonte: Ferrari (2023, p.76)

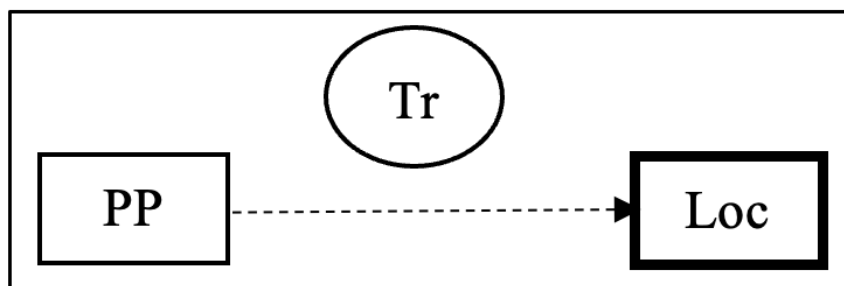
A distância percorrida pelo trajetor é colocada em proeminência, como indica a Figura 12, perfilando, também, o local de destino. Esse *construal* pode ser observado no exemplo a seguir:

- (5) O time de Campinas vai *até* o Ginásio Chico Neto, em Maringá, para encarar o clube local, no mesmo dia e horário.

O exemplo (5) enfoca o deslocamento de Campinas a Maringá para um jogo de vôlei, perfilando tanto a distância a ser percorrida pelo time quanto o local de destino (Maringá), em função do campeonato de vôlei masculino em curso.

Por fim, a construção [IR EM SN(Loc)] coloca em proeminência o local de destino.

FIGURA 13. *Construal* associado a [IR EM SN(Loc)]



Fonte: Ferrari (2023, p. 78)

No caso da construção com “em”, o local de destino é o que é colocado em proeminência, conforme representado na Figura 14. O exemplo, a seguir, ilustra essa possibilidade:

- (6) Eu *fui no* Oftalmologista e ele indicou esse shampoo amarelinho para lavar os olhos.

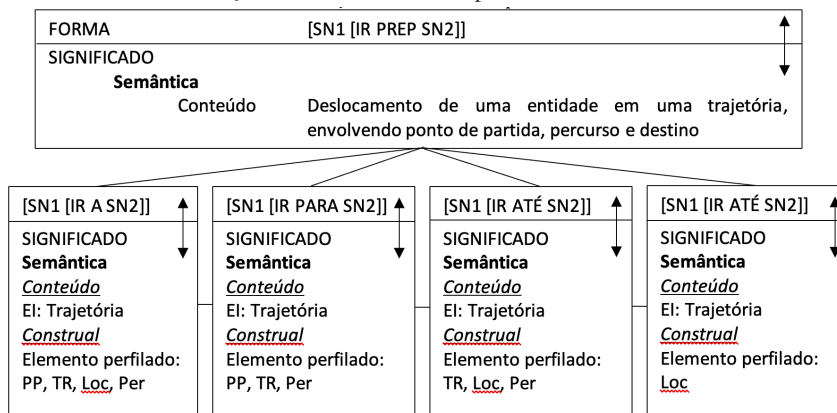
Em (6), a construção perfila o local de destino, isto é, o consultório do oftalmologista, em função do objetivo comunicativo de destacar a indicação do xampu que ocorreu nesse local<sup>10</sup>.

Temos aqui, portanto, um conjunto de quatro construções sintáticas que se irmanam quanto ao conteúdo denotacional (o EI Trajetório) e se

<sup>10</sup> Aos leitores interessados nas propostas de Ferrari (2023; 2021), recomendamos que se reportem aos estudos originais, onde será possível encontrar, naturalmente, detalhes metodológicos e uma maior quantidade de exemplos e de análises. O objetivo aqui é simplesmente tomar essas análises como base para a ilustrar a possibilidade de uma análise da variação sintática em perspectiva cognitivista e construcionista.

distinguem quanto ao construal (na medida em que perfilam porções distintas desse EI). A relação entre elas pode ser representada assim:

FIGURA 14 – construção de deslocamento espacial com verbo “ir”



Fonte: Elaboração própria

A Figura 14, assim como a Figura 8, representa um caso de variação sintática. Note-se que, em ambos os casos, o requisito de identidade referencial é respeitado, na medida em que as variantes em questão coincidem quanto às informações presentes no subnível no conteúdo, dentro do nível semântico. Mas o que isso pode nos ensinar em relação aos casos discutidos por Lavandera (1978)? É disso que trataremos na próxima seção.

## 5. Um breve olhar para Lavandera (1978) à luz da Linguística Cognitiva e da Gramática de Construções

Como vimos na seção 2, Lavandera levanta a possibilidade de que certas formas tidas como sinônimas – como as variantes “on” vs. “tu”/”vous” e as estruturas passivas com “to be” e “to get” – apresentem, na verdade, “diferenças no significado referencial” (Lavandera, 1978, p. 179). Isso, por sua vez, impediria que essas alternâncias fossem vistas como casos legítimos de variação, ao menos se mantida a condição de que formas variantes devem “dizer a mesma coisa”.

Sob a ótica da LC, nós tendemos a concordar que essas formas alternantes não são de fato sinônimas – afinal, isso violaria, como já ficou dito, tanto o PNS quanto o PMM. Por outro lado, também não é verdade que elas não tenham *qualquer* afinidade semântica: afinal, seus construtos têm a mesma

denotação, e essa denotação – aqui referida simplesmente como “conteúdo” – é parte legítima do significado. Isso permite hipotetizar que esses dois pares alternantes funcionem exatamente como as construções apresentadas nas seções 4.1 e 4.2 – isto é, como construções que (i) estão ligadas entre si por *links* horizontais, que capturam uma afinidade semântica existente no nível do conteúdo; (ii) estão ligadas a uma construção mais abstrata por meio de um *link* vertical; e (iii) distinguem-se em relação a pelo menos um dos cinco níveis do polo do significado.

Consideremos, a título de exemplo, a alternância entre as passivas com “be” e com “get”. Para isso, devemos começar nos indagando não sobre as diferenças, mas sobre possíveis semelhanças entre essas duas estruturas. Para Langacker (2008), a construção passiva do inglês (independentemente do auxiliar) pode ser caracterizada a partir um alinhamento específico entre conteúdo e *construal*, em que o participante mais ativo (nível do conteúdo) é associado ao papel de Trajetor (nível do *construal*), ao passo que o participante mais passivo é associado ao papel Marco (o inverso ocorre, naturalmente, na construção ativa)<sup>11</sup>. Se essa análise estiver correta, devemos concluir que, contrariamente ao que sugere Lavandera (1978), os padrões com “be” e com “get” *não são* inteiramente dessemelhantes no que se refere ao significado – o que permitiria concluir que a alternância em questão corresponde a um caso legítimo de variação.

Por outro lado, porém, também há evidências de que as duas estruturas não são perfeitamente equivalentes quanto ao significado. Uma sugestão interessante, feita Thompson (2012, cap. 6 e 7) a partir do resultado de dois estudos experimentais, é a de que o padrão com “get” está associado a maior grau de controle por parte do referente do sujeito, em comparação ao padrão com “be”. Esse achado é particularmente impressionante porque corresponde, exatamente, ao que nós esperaríamos à luz do PMM: se a construção ativa com “get” (diferentemente da construção ativa com “be”) envolve alto grau de controle por parte sujeito, é de se esperar que a passiva com “get” compartilhe esse traço semântico.

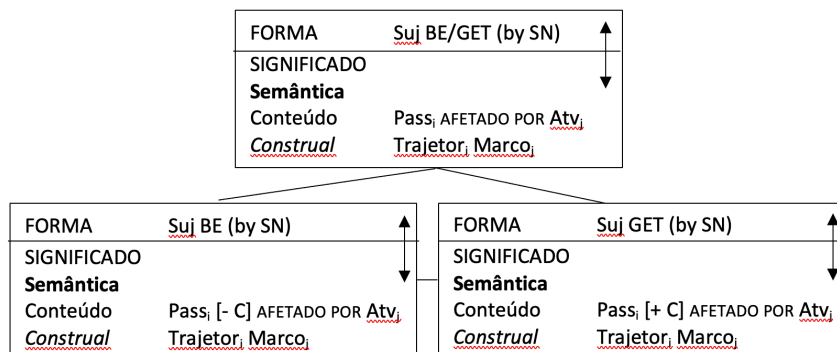
Em suma, há boas razões para supor que, diferentemente do que sugerem tanto Lavandera (1978) quanto Labov (1977 *apud* Lavandera), as passivas com “be” e “get” não são nem inteiramente idênticas nem totalmente dissimilares. A Figura abaixo, os subscritos i e j sinalizam correspondências

---

<sup>11</sup> Langacker (2008, p. 121) considera que o participante mais ativo é aquele que “age sobre” o participante mais passivo ou “de alguma maneira inicia a interação entre eles”.

entre os níveis do conteúdo e do *construal*, representa essa situação por meio da notação própria da GC:

FIGURA 15. Rede das construções passivas do inglês



Fonte: Elaboração própria

Essa representação traduz o fato de que os dois tipos de passivas (i) não são semanticamente equivalentes (como argumenta Lavandera) e (ii) exibem diversos traços comuns quanto ao significado (contrariamente ao que sugere Lavandera). Aqui, em particular, o link horizontal entre as construções evidencia as seguintes similaridades semânticas: (i) cenário em que um participante mais passivo é afetado por um participante mais ativo (nível do conteúdo) e (ii) correspondência entre esses participantes e os papéis de Trajetor e Marco (alinhamento entre os níveis do conteúdo e do *construal*). Ao mesmo tempo, os símbolos [-C] e [+C] capturam uma diferença semântica entre os dois padrões, relativa ao grau de controle do referente do sujeito (conforme proposta de Thompson (2012), mencionada acima).

Por razões de espaço, não poderemos esboçar aqui uma análise cognitivista e construcionista da variação entre “on” e “tu”/“vous” em contextos de indeterminação (o segundo caso de variação não fonológica para o qual Lavandera alega não haver identidade referencial – ver seção 2). O caminho geral da análise, no entanto, já está dado: a hipótese a ser desenvolvida é a de que as duas formas apresentam afinidades quanto ao conteúdo denotacional (algo como um *conjunto indeterminado de indivíduos*) e, ao mesmo tempo, estabelecem *construal* distintos. Além disso, dado o PMM, é de se esperar que a indeterminação com “tu” / “vous” guarde relação com a semântica própria dos usos determinados (não genéricos) desses pronomes (uma hipótese, aliás, explicitamente considerada por Lavandera, 1978).

Em suma, há boas razões para suspeitar que os dois casos de variação não fonológica “sem identidade referencial” discutidos por Lavandera (1978) não sejam fundamentalmente distintos do que se passa com a alternância entre “gosto” e “sabor” (seção 4.1) e com a alternância entre construções de deslocamento espacial com o verbo “ir” (seção 4.2). Se essa suposição estiver correta, isso significa que variantes não fonológicas (i) não violam (ao menos em alguns casos) o requisito variacionista de identidade referencial e (ii) não são inteiramente sinônimas. Essa situação, por sua vez, nos obriga a caracterizar de forma maximamente explícita o significado de cada variante, a fim de identificar com clareza os traços de significado que as irmanam e aqueles que as individualizam. Como procuramos demonstrar ao longo deste artigo, acreditamos que o arsenal analítico da LC e da GC nos dá ferramentas para proceder a essa caracterização.

## REFERÊNCIAS

- BOLINGER, D. Entailment and the meaning of structures. **Glossa**, 2, p. 119-127, 1968.
- BROWN; P.; LEVINSON, S. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: University Press, 1978.
- BURNETT, H. **Meaning, identity, and interaction: sociolinguistic variation and change in game-theoretic pragmatics**. Cambridge: University Press, 2023.
- CAMPBELL-KLIBER, K. **Language variation and change**, 22, p. 423-441, 2011.
- CAPPELLE, Bert; LECLERCQ, Benoit; PINHEIRO, Diogo; TRAVASSOS, Pamela; ALONSO, Karen; JUNIOR, Roberto de Freitas; LAPORTE, Samanta; MACHADO VIEIRA, Marcia dos Santos; OLIVEIRA, Diego Leite; WIEDEMER, Marcos. Construction. In: WEN, X.; SINHA, C. (Eds.). **The Cambridge Encyclopedia of Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, a sair (2025).
- CERQUEIRA, F. O. O pretuguês como comunidade de prática: concordância nominal e identidade racial. **Traços de Linguagem**, v. 4, n.1, 2020.
- FERRARI, L. Ponto de vista e (inter)subjetividade: frames alternativos em “gosto” e “sabor”. In: Cavalcante, S; Gabriel, R.;Moura, H. (org.).

**Linguagem, cognição e cultura; estudos em interface.** 1ed. Campinas: Mercado de Letras, 2021, v. 1, p. 157-178.

FERRARI, L. Gramática Cognitiva e conceptualização do espaço: a construção [IR PREP SN(LOC)] no português brasileiro. In: Oliveira, M. R. (org.). **Articulação do espaço no português: uma abordagem cognitivista, funcionalista e construcional.** 1ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2023, v. 1, p. 59-82.

FILLMORE, C. Frame semantics. In **Linguistic Society of Korea** (ed.), *Linguistics in the morning calm*, Seoul: Hanshin Publishing, 1982. p. 111-137.

GOLDBERG, A. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure.** Chicago: University of Chicago Press, 1995.

LABOV, W. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Working Papers in Sociolinguistics**, 44, 1978.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind.** Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAMBRECHT, K. **Information structure and sentence form: topic, focus, and the mental representation of referentes.** Cambridge: University Press, 1994.

LANGACKER, R. **Foundations of Cognitive Grammar.** vol. I: *Theoretical prerequisites.* Stanford CA: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, R. **Concept, image, and symbol: the cognitive basis of grammar.** Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1990.

LANGACKER, R. **Foundations of cognitive grammar.** Vol. II: *Descriptive applications.* Stanford CA: Stanford University Press, 1991.

LANGACKER, R. **Grammar and conceptualization.** Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2000.

LANGACKER, R. **Cognitive Grammar: A basic introduction.** Oxford: University Press, 2008.

LANGACKER, R. **Essentials of Cognitive Grammar.** Oxford: University Press. 2013.

LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? **Language in Society**, v. 7, n. 2, pp. 171-182, 1978.

PINHEIRO, D. **Curso Básico de Gramática de Construções**. São Paulo: Contexto, 2025.

ROMAINE, S. On the Problem of Syntactic Variation: A Reply to Beatriz Lavandera and William Labov. **Sociolinguistic Working Paper**. Number, 82, 1981.

SANKOFF, G. Above and beyond phonology in variable rules. In: BAILEY, C.-J.; SHUY, R. W. Shuy (eds). **New ways of analyzing variation in English**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1972.

TAGLIAMONTE, S. A. **Analysing sociolinguistic variation**. Cambridge: University Press, 2006.

THOMPSON, D. **Getting at the passive: Functions of passive-types in English**. 2012. 168 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Institute of Neuroscience and Psychology, University of Glasgow, Glasgow, 2012.

WEINER, E. J.; LABOV, W. Constraints on the agentless passive. **Journal of Linguistics**, 19, 1, p. 29-58, 1983.

*Recebido em novembro de 2025.*

*Aprovado em dezembro de 2025.*

*Publicado em dezembro de 2025.*

## **SOBRE OS AUTORES**

**Diogo Pinheiro** tem doutorado em Linguística pela UFRJ e é membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ. Atua nas áreas de Gramática de Construções e Linguística Cognitiva, com foco sobre construções de intersubjetividade.

**Lilian Ferrari** tem doutorado em Linguística pela UFRJ / University of Southern California, é membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ e é bolsista de produtividade do CNPq. Atua na área de Linguística Cognitiva, com foco sobre (inter)subjetividade, figuratividade e multimodalidade.

**Luisa Andrade Gomes Godoy** tem doutorado em Estudos Linguísticos pela UFMG e é Professora Adjunta da UFVJM. Atua nas áreas de Gramática de Construções, Linguística Cognitiva e Popularização da Linguística.